

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS PESQUEIROS DE CARAVELAS, NOVA VIÇOSA E MUCURI - BAHIA

CARTILHA DEVOLUTIVA

JUNHO DE 2018

EQUIPE

João Batista Teixeira

Doutor em Ecologia e Conservação da Biodiversidade

Erika de Almeida

Mestre em Gestão Social e Desenvolvimento Social

COLABORAÇÃO

Marcella Nunes Tavares

Alessandro Bayer

Felipe Buloto

Lucas Cabral Lage Ferreira

Dilson Cajueiro

Valtemberg Silva Firmino

Teixeira, J.B. & De Almeida, E. 2018. Cartilha Território Abrolhos: Territórios Tradicionais Pesqueiros de Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri-BA. Colônias de Pesca Z25 de Caravelas, Z29 de Nova Viçosa e Z35 de Mucuri. Bahia. 10p.



INTRODUÇÃO

O mapeamento dos Territórios Tradicionais Pesqueiros faz parte do Projeto Território Abrolhos que tem como objetivo contribuir para gestão da pesca, do turismo e da conservação no entorno do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, nas cidades de Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa.

A região é muito importante para biodiversidade do Oceano Atlântico, principalmente para os corais, peixes e baleias. A pesca artesanal é fundamental para o desenvolvimento da região, assim como o expressivo potencial turístico.

As Unidades de Conservação existentes são importantes, mas ainda não garantem que a biodiversidade e os meios de vida dos povos tradicionais permaneçam sustentáveis.



Em dezembro de 2017, o projeto Território Abrolhos foi apresentado para lideranças da pesca e para os conselhos do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, da Reserva Extrativista do Cassurubá e da Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia.

Na etapa de mobilização do projeto, foram registradas críticas legítimas do setor pesqueiro em relação ao processo de ampliação do parque. O atual cenário de proibições de capturas sem a devida discussão com o setor pesqueiro dificulta o diálogo sobre a gestão da pesca e da conservação.

Com base na Lei dos Povos e Territórios Tradicionais e no Projeto de Lei sobre o Território Pesqueiro, o mapeamento dos Territórios Tradicionais Pesqueiros foi proposto para registrar as áreas de fundamental importância para sustentabilidade da pesca artesanal local.



DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Lei dos povos e comunidades tradicionais

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro de 2012

Comunidade Tradicional Pesqueira: Grupos sociais, segundo critérios de auto-identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.

Território Tradicional Pesqueiro: As extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.



O mapeamento dos Territórios Tradicionais Pesqueiros abordou as comunidades de Alcobaça, Prado, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, e teve foco na região marinha do entorno do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. O método de mapeamento utilizado foi o recomendado no trabalho de Teixeira et al. (2013), contendo:

(I) Amplo processo de mobilização;

(II) Os próprios pescadores indicaram representantes das diversas artes de pesca que foram convidados para realizarem o mapeamento;

(III) Validação consensual dos mapas finais durante a oficina;

(IV) Registro sobre a carta náutica; e

(V) Devolutiva em formato de cartilha com mapas que possam propiciar discussões de planejamento.

Em paralelo ao mapeamento, foi aplicado um questionário de caracterização da pesca por comunidade, contendo: número de pescadores; modalidades praticadas; perfil da frota; relação com a pesca industrial; princi-

pais espécies e estimativas de CPUE (Captura por Unidade de Esforço).

As oficinas foram realizadas nas sedes das Colônias de Pesca:

- Alcobaça, 23/02/2018, com 20 pescadores;
- Caravelas, 26/02/2018 com 18 pescadores;
- Nova Viçosa e Mucuri 19/03/2018 com 28 pescadores.

Um mapa adicional do cenário atual foi construído com informações sobre: blocos de petróleo e gás; processos minerários; unidades de conservação; rotas comerciais; área proibida devido à lama da Samarco; portos existentes; e os Territórios Tradicionais Pesqueiros já mapeados no Espírito Santo.

As áreas exploradas pelo turismo de observação de baleias, passeios e mergulho foram diagnosticadas com entrevistas às empresas de turismo e adicionadas ao mapa do cenário atual.



O cenário atual está representado no ANEXO I. Foram mapeados e quantificados os Territórios Tradicionais Pesqueiros dos municípios do sul da Bahia: Caravelas (ANEXO II); Nova Viçosa e Mucuri (ANEXO III).

Os pescadores do município de Alcobaça registraram em ata que não contribuiriam com o mapeamento em função dos conflitos atuais, tais como: proibição de captura (Portaria MMA nº 445 e Portaria SEMA nº 37); intenção de ampliação do parque nacional; atuação das empresas Fibria e Veracel, devido à rota das barcas e à área de descarte da dragagem; cancelamento de seguro defeso; assoreamento da barra; poluição doméstica e industrial; e abuso de autoridade na fiscalização.

Em Prado, o mapeamento não foi realizado por falta de quórum mínimo nos dias marcados para a oficina.

Caravelas: Os pescadores trabalham com diferentes artes de pesca de acordo com a

sazonalidade e com os períodos de safra. O município conta com uma fábrica de gelo em Ponta de Areia. Os conflitos apontados foram: perda de território pesqueiro para Fibria; perda de material que fica preso na lama da dragagem; lixo e risco de colisão das barcas; toras de eucalipto na água; condicionantes não cumpridas; píer municipal apenas para turistas; descaso da prefeitura.

Nova Viçosa e Mucuri: Os pescadores mudam do balão para outras artes, principalmente quando a pesca de camarão enfraquece. Em Nova Viçosa existem 3 fábricas de gelo particulares. Os conflitos apontados foram: falta de unidade de beneficiamento de pescado; pesca de fora (grandes barcos do Espírito Santo e traineiras do sul); caranguejeiros de fora; acidentes nas rotas das barcas, principalmente na temporada de baleias.

As estimativas numéricas realizadas durante o projeto foram organizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Estimativas aproximadas (~) realizadas para o território mapeado.

	Caravelas			Total em Caravelas	Nova Viçosa e Mucuri
	Caravelas Sede	Pta. de Areia	Barra		
Mergulho	25 pescadores	10 pescadores	80 a 100 (15 barcos de 6 a 10m passam em média 3 a 7 dias no mar)	135	10 pescadores de apneia (5 barcos)
Arraieira (no mínimo 3 pescadores por barco)	60 pescadores (20 barcos com no mínimo 3 pescadores)			60	
Balão	200 pescadores	20 pescadores	150 pescadores	370	860 pescadores (430 barcos com 2 a 3 pescadores fixos)
Cerco Artesanal			10 pescadores	10	
Rede de caída	90 pescadores (30 barcos, em média 3 pescadores por barco)			90	60 pescadores (15 a 20 barcos)
Linha		80 pescadores		80	420 pescadores (140 barcos com 3 pescadores fixos)
Espinhel (gruseira)		15 pescadores	10 pescadores	25	
Puçá (arrasto de praia individual)			30 pescadores	30	
Tainheira (rede de pescadinha)			80 pescadores	80	
Rede Grande (arrasto de praia coletivo)					180 pescadores (25 a 30 redes grandes em que atuam 6 pescadores fixos)
Total	375 pescadores	125 pescadores (estimados 110 a 130 pescadores em 60 barcos de 4 a 9m)	380 pescadores (100 barcos)	880 pescadores (existem 1882 pescadores registrados na colônia, ~60% na mariscagem)	1530 pescadores (595 barcos e 30 redes grandes)

CONCLUSÕES

Recentes imposições restringindo a captura de espécies importantes e alterando o seguro defeso formaram um cenário pouco propício ao diálogo com o setor pesqueiro.

Os pescadores identificaram diversos conflitos com as atividades portuárias de Caravelas, principalmente a dragagem do canal do tomba e os acidentes relatados com barcas e toras de eucalipto na água.

Os pescadores possuem receio de suas informações serem coletadas, não devolvidas e revertidas em restrições de pesca. Por isso, não forneceram dados de espécies e captura por unidade de esforço.

O trabalho foi realizado e validado com confiança na equipe do projeto, sendo que todas as informações foram amplamente negociadas antes de serem registradas.

AGRADECIMENTOS

Aos presidentes das Colônias, Z23 de Prado, Z24 de Alcobaça, Z25 de Caravelas, Z29 de Nova Viçosa e Z35 de Mucuri por todo apoio na infraestrutura das oficinas, no convite aos pescadores que foram mobilizados para a participação. À Associação de Moradores da Barra de Caravelas e lideranças da Resex do Cassurubá que participaram e contribuíram para a realização das oficinas. À Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação e à Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio. Aos gestores(as) e conselheiros(as) das unidades de conservação Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, APA Estadual Ponta da Baleia e Reserva Extrativista do Cassurubá. À Gilca e à Dadá, do Movimento Cultural Arte Manha, pelas delícias dos lanches das oficinas.

REFERÊNCIAS

Teixeira, J.B., Martins, A.S., Pinheiro, H.T., Secchin, N.A., Moura, R.L., Bastos, A.C., 2013. Traditional Ecological Knowledge and the mapping of benthic marine habitats. J. Environ. Manage. 115, 241–250. doi:10.1016/j.jenvman.2012.11.020.

Lideranças regionais ressaltaram que o mapeamento deveria abranger todas as comunidades tradicionais que atuam na região do Banco dos Abrolhos, desde Canavieiras-BA até a foz do Rio Doce-ES.

O registro dos Territórios Tradicionais Pesqueiros contribuiu para o engajamento de atores sociais nas discussões que envolvem o futuro do território em ações de manejo, conservação e/ou solução de conflitos com a pesca.

Além disso, a difusão do conhecimento sobre as regiões de fundamental importância para sustentabilidade da pesca tradicional abrem novas perspectivas para o desenvolvimento humano na região do Banco dos Abrolhos.





